



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

1 ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA
2 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS,
3 REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2021, NOS TERMOS DO
4 ARTIGO 76, PARÁGRAFO 2º DO REGIMENTO INTERNO DESTA
5 CASA LEGISLATIVA, SOLICITADA PELA MESA DIRETORA. No
6 trigésimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, nesta Cidade de
7 Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no prédio sede
8 do Poder Legislativo Municipal situado à Rua Umiri, 781, Conjunto Macurany,
9 reuniram-se os Senhores Vereadores, **MATEUS FERREIRA ASSAYAG** –
10 Presidente, **JOSÉ TUPINAMBÁ RIBEIRO PONTE** – 1º Secretário,
11 **FERNANDO NOGUEIRA MENEZES** – 2º Secretário, **ALEX GARCIA**
12 **CARDOSO**, **ANTÔNIO MASSILON DE MEDEIROS CURSINO**, **BRENA**
13 **DIANNÁ MODESTO BARBOSA**, **FRANCISCO WALTÉLTON DE**
14 **SOUZA PINTO** e **PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**. O Senhor
15 Presidente **DECLAROU ABERTA A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, que
16 tem como finalidade em dar cumprimento ao Art. 72, §2º da Lei Orgânica do
17 Município que diz: **Os cargos de Procurador Geral, Diretores de Autarquias,**
18 **Empresa Pública Municipal e Fundações Municipais, serão preenchidos,**
19 **após serem sabatinados e seus nomes terem sido aprovados pela Câmara**
20 **Municipal de Parintins**, e que foi feita a convocação do indicado a Procurador
21 Geral do Município, Senhor **RONDINELLE FARIAS VIANA**, com a finalidade
22 de ser sabatinado pelos senhores vereadores, referente ao desempenho da função
23 à frente Procuradoria Geral. Em seguida convidou os presentes a ficarem de pé
24 para leitura do Texto Bíblico feito pelo Vereador Alex Garcia Cardoso, em
25 Jeremias, 29: 11 (**POIS EU BEM SEI OS PLANOS QUE ESTOU**
26 **PREPARANDO PARA VÓS, DIZ O SENHOR; PLANOS DE PAZ, E NÃO**
27 **DE MAL, PARA VOS DAR UM FUTURO E UMA ESPERANÇA**).
28 Prosseguindo, o Senhor Presidente convidou o Senhor **RONDINELLE**
29 **FARIAS VIANA** para compor a Mesa e em seguida a se pronunciar pelo tempo
30 necessário sobre o seu posicionamento perante a Casa e responder as perguntas
31 feitas pelos senhores vereadores, sem que haja interrupções em apartes. O
32 Senhor **RONDINELLE FARIAS VIANA** cumprimentou os presentes e iniciou
33 registrando a gratidão primeiramente a Deus por de estar presente neste Poder
34 Legislativo e aos servidores municipais que trabalham na procuradoria deste
35 município. Destacou o trabalho, há mais de dez anos, da Dra. Anaclely Garcia da
36 Silva que foi Procuradora deste município, desenvolvendo um trabalho bastante



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

37 satisfatório em todas as áreas de atuação à frente do prefeito representando o
38 município nas demandas judiciais, assim como, nas prestações de serviços no
39 assessoramento e representação judicial central ao município e as demais
40 secretarias. Agradeceu, ainda, a seus familiares, suas irmãs, pais, avós, os quais,
41 são responsáveis pela pessoa que é hoje em todos os sentidos e aspectos.
42 Dedicou, também, esses agradecimentos aos profissionais com que teve a
43 oportunidade de estar presente, seja em seus estágios a nível superior, nível
44 médio e os demais trabalhos que exerceu durante sua caminhada até mesmo fora
45 do quadro do quadro de servidores do município. Agradeceu aos colegas
46 acadêmicos da primeira turma de direito da UEA-Parintins, da turma de
47 especialização em Gestão Pública, os quais, muitos deles são servidores públicos
48 do Município de Parintins que lhe ajudaram a ter esse conhecimento jurídico,
49 entendimento social e humano perante todas as ações, atribuições e
50 responsabilidades. Continuando ressaltou que resolveu aceitar esse desafio a
51 convite do Prefeito Bi Garcia em janeiro de 2021 em meio a essa situação toda
52 que o município passa com essa pandemia. Registrou que a responsabilidade é
53 muito grande em representar este município nas demandas judiciais, seja federal,
54 estadual e municipal. Falou que as demandas das secretarias também são muito
55 importantes, pois, as organizações estruturais, dos órgãos se faz necessário,
56 porque o Direito está sempre em uma constante evolução, assim como os seres
57 humanos e a sociedade como um todo. Salientou que é sempre preciso que o
58 representante judicial do município esteja atento a essas demandas, a esse
59 desenvolvimento social, para fins de que, possamos adequar as legislações do
60 município no que compete a sua exclusividade, mas, também participar de uma
61 forma complementar às leis federais e estaduais. Proferiu que em virtude desse
62 convite feito pelo prefeito fez um breve estudo interno, pessoal, no sentido de
63 verificar qual tipo de trabalho pode ter desenvolvido ao longo desses mais de 15
64 anos de serviço público. Disse que de maneira efetiva fez um trabalho no serviço
65 administrativo e foi crescendo ao longo desses anos na prática dos labores, dos
66 afazeres administrativos sempre direcionado na Procuradoria Geral do
67 Município. Comentou que esteve cedido aproximadamente 4 anos para a Vara
68 do Trabalho de Parintins, onde adquiriu conhecimento na área trabalhista
69 praticando atos inerentes ao cargo de Assistente Juiz, junto com o Dr.
70 Waldemiro Rezende Dantas Junior, a quem é grato. Falou que os demais que lhe
71 foram atribuídos competem a determinadas atividades jurídicas e administrativas
72 dentro da própria prefeitura, trabalhando em alguns momentos com presidente



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

73 da Comissão de Sindicância, participando de comissões de todas as esferas,
74 como a elaboração do novo Estatuto dos Servidores Municipais, assim como,
75 desenvolveu atividades e ainda desenvolve como conselheiro do Direito da
76 Criança e do Adolescente e assim também participou na fiscalização da
77 aplicabilidade dos recursos que foram direcionados à SEMED por intermédio do
78 FUNDEB. Continuando lembrou que os trabalhos foram desenvolvidos em
79 todas as áreas da assistência social, dos direitos das crianças e adolescentes,
80 assim como, nas questões normativas, direitos obrigações dos servidores à frente
81 da Comissão der Sindicância, por isso, falou que se sente preparado para
82 desenvolver o trabalho, seguir e aprimorar o trabalho da Dr. Anaclely Garcia à
83 frente da Procuradoria do Município. Agradeceu de prontidão ao Prefeito Bi
84 Garcia pelo convite e disse que se sente apto para desenvolver as atividades e
85 pronto para a sabatina. Em seguida O senhor Presidente registrou a presença do
86 Dr. Agenor Dinelle, servidor da Prefeitura de Parintins. Dando prosseguimento
87 o Senhor Presidente passou a palavra aos vereadores que desejarem solicitar
88 algumas explicações e fazerem suas perguntas. Passou a palavra para a
89 Vereadora **BRENA DIANNÁ MODESTO BARBOSA**, que cumprimentou os
90 presentes e disse que, considerando todas as denúncias que estão sendo feitas
91 contra a administração pública questionando a sua responsabilidade, bem como,
92 de algumas secretarias, em especial a Secretaria de Saúde, falou que gostaria de
93 saber o posicionamento do sabatinado a esse respeito e se foi feito algum
94 inquérito para averiguar essas denúncias que estão acontecendo contra o
95 município. Retomou a palavra o Senhor RONDINELLE, agradeceu pela
96 pergunta e respondeu dizendo que as normativas que equivalem à apuração de
97 fatos estão direcionadas no Estatuto do Servidor Municipal. Relatou que todos
98 os servidores que atuam diretamente em qualquer das secretarias municipais são
99 subordinados e devem obediência às normas municipais, neste caso, o Estatuto
100 dos Servidores. Então, disse Rondinelle, como servidores públicos que exercem
101 o labor público, sendo direcionados a essas normas, precisam que seja adequado
102 ao procedimento de investigação, ou seja, que para todo procedimento que,
103 possivelmente, tenha ocorrido algum ato contrário a Legislação deve ser feito
104 por procedimento de sindicância, no primeiro momento, para fins de
105 investigação dos fatos, que até então foram denunciados. Descreveu que o
106 procedimento feito de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais, o qual,
107 diz que “a autoridade superior que tiver conhecimento de algum fato que seja
108 tido como crime, ou contrário à administração pública, deve comunicar para que



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

109 seja aberto o procedimento de investigação e apuração de fatos, seja do servidor,
110 onde o servidor direcionava ou do fato em si”. Falou que relativo a essas
111 denúncias que estão ocorrendo e mencionados pela vereadora na saúde, cabe ao
112 Secretário ou superior que tomou conhecimento daquele fato específico,
113 comunicar ao Setor Jurídico de uma for indireta, porém, ele pode, e tem
114 autonomia para isso, regulado em Lei, para abrir o procedimento administrativo
115 dentro da própria secretaria. Assim sendo, falou, que neste caso questionado
116 pela vereadora, a exemplo do que foi feito com o possível falecimento do rapaz
117 que envolveu a falta de oxigênio, foi aberto um procedimento de sindicância
118 onde está sendo investigado. Explicou que para fins de apuração desses fatos,
119 materialidade e autoria, se for o caso do fato tido como crime, é feito o
120 procedimento de sindicância, e sendo necessário, é finalizado com o
121 procedimento administrativo disciplinar. Em seguida o Senhor Presidente
122 passou a palavra ao Vereador **ANTÔNIO MASSILON DE MEDEIROS**
123 **CURSINO**, que cumprimentou os presentes, parabenizou Senhor Rondinelle e
124 disse para o mesmo que como Procurador Geral, que tem controle a todas as
125 procuradorias, o que tem para falar quanto a Procuradoria da Dívida Ativa e
126 cobrança extrajudicial do município, se a mesma está ativa ou não, pois, se corre
127 o risco de incorrer em responsabilidade, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em
128 razão da quantidade de créditos tributários estarem sendo prescritos e não
129 encaminhados para serem inscritos em dívidas ativas. O Senhor Rondinelle
130 agradeceu o vereador pela pergunta e disse que a Procuradoria da Dívida Ativa
131 fez parte da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal, quando da Gestão
132 do Prefeito Bi Garcia em 2011, na qual foi feita a última Reforma
133 Administrativa por parte dessa gestão. Relatou que nesse tempo havia três
134 procuradorias, a da Administrativa, Justiça do Trabalho e Justiça Comum, além,
135 da Dívida Ativa. Lembrou que na Gestão do ex-prefeito Carlos Alexandre
136 Ferreira Silva, o mesmo determinou a extinção da Procuradoria da Dívida Ativa.
137 Contou que houve a reforma administrativa por parte do gestor e naquele
138 momento entendeu que a Procuradoria da Dívida Ativa fosse excluída do
139 procedimento estrutural da procuradoria hoje. Nesse sentido, narrou que há uma
140 necessidade de que possa ser regulamentado esse teor, conteúdo, essa estrutura
141 por parte da Administração Municipal para fins de execução dessas cobranças,
142 colocadas pelo Vereador Massilon essa necessidade. Disse que já se tinha
143 identificado essa situação, a partir do momento em que foi feito a Estrutura e a
144 Reforma, ou seja, a adequação da Reforma Administrativa fito pelo Prefeito Bi



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

145 Garcia em 20117. Porém, explicou ele, que é o procedimento muito longo (a
146 estruturação dos órgãos municipais reque uma adequação, um controle muito
147 minucioso), nesse sentido, há, realmente, uma necessidade de se firmar essa
148 estrutura novamente, para fins de regulamentação acerca das cobranças, dos
149 procedimentos, de uma necessidade amigável, se for o caso, de resolver a
150 questão dos débitos do contribuinte, das pessoas que foram notificadas com
151 devido processo legal, para fins de registro na Dívida Ativa e posterior cobrança
152 judicial. Em seguida convidou o Vereador Massilon para ajudar na elaboração
153 da Estrutura Administrativa que a Procuradoria detém hoje, esse plano, esse
154 Projeto de Lei que venha a ser encaminhado futuramente para esta Casa. O
155 Vereador MASSILON CURSINO retomou a palavra e disse que se coloca à
156 disposição, como sempre, a contribuir. O Senhor Presidente concedeu a palavra
157 ao Vereador **FRANCISCO WALTÉLTON DE SOUZA PINTO**, o qual
158 cumprimentou os presentes e disse que conhece o Senhor Rondinelle Viana
159 desde quando foi chamado, em 2005, no primeiro mandato do Prefeito Bi
160 Garcia, por haver passado no Concurso Público, onde lhe coube lotá-lo e, pelo
161 fato de estar finalizando o curso de direito, foi integrado ao quadro de
162 funcionários e direcionado à Procuradoria deste município, o qual, sempre
163 vislumbrou a possibilidade de um dia ser Procurador Geral pela experiência
164 adquirida e hoje sua experiência lhe credenciou a estar na função que está hoje,
165 o que fica feliz em estar hoje lhe sabatinando. Em seguida disse que não tem
166 dúvidas de sua aprovação e que faça um grande trabalho à frente da
167 Procuradoria do Município. Ressaltou que é preciso ter consciência que o
168 trabalho da Procuradoria é muito salutar à administração pública e a parceria
169 entre os poderes. Falou que vê a Procuradoria Geral do Município como elo
170 entre os poderes Executivo, Legislativo e o Judiciário que emana as leis, que
171 aplica e fiscaliza as leis. Em seguida chamou atenção para os processos que
172 existem dentro da Procuradoria, o que se tem conhecimento de vários que
173 existem lá, para que se possa equacioná-los. Comentou que vê o Judiciário
174 fazendo correções para diminuir a quantidade de processos que existem lá
175 dentro, com isso, entende que a Procuradoria Geral do Município poderia adotar
176 esse sistema com intuito de serem agilizados alguns processos que estão parados
177 há algum tempo nessa procuradoria, para que sejam solucionados. Comentou
178 que tem recebido demandas de alguns servidores, que, inclusive, desde a época
179 que o sabatinado fez o concurso, estão com problemas revisão salariais, que não
180 foi incorporado algumas vantagens que tinham de ser incorporada e nisso é



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

181 muito importante que a procuradoria atue. Fez um pedido ao Senhor Rondinelle,
182 que faça essa fila andar, ou seja, os processos avançarem, para que se tenha um
183 melhor desenvolvimento desta cidade e dos servidores públicos municipais.
184 Desejou ao Senhor Rondinelle uma boa Gestão à frente da Procuradoria Geral
185 deste município, a qual é uma missão difícil, tendo em vista o tamanho deste
186 município, do Governo que se aplica. Falou que o Prefeito Bi Garcia tem feito
187 um mandato muito intenso, devido a quantidade de recursos que recebe, a
188 quantidade de demanda que o município tem, que não é só de Parintins, mas, da
189 região como um todo, causando, muitas das vezes, processos,
190 descontentamentos, em que a Procuradoria Geral precisa atuar fortemente
191 exercendo o interesse público do Município de Parintins. O Senhor Rondinelle
192 retomou a palavra e agradeceu as colocações do vereador e ratificou o seu
193 compromisso em proceder, de todas as formas possíveis, a agilidades no trânsito
194 dos processos na Procuradoria Geral. Em seguida ressaltou que se tem uma
195 média de aproximadamente quinhentos processos por ano e isso somente os
196 processos administrativos que transitam na Procuradoria do Município, são
197 pedidos de diversas matérias, seja administrativos direcionados às secretarias
198 municipais e todos os órgãos da administração que efetuam consultas diárias,
199 querendo e objetivando informações no sentido de resolverem problemas ou até
200 mesmo dar início a uma organização para execução de ações públicas de defesa
201 do prefeito e execução dos serviços públicos que aquela secretaria se dispôs a
202 executar. Comentou que judicialmente se tem uma demanda muito grande de
203 mais de 2.000 processos na área civil e a média de interposição e de propositura
204 de ações contra o município relativo ao FGTS, cobranças judiciais, prestação de
205 serviço, equivalem uma média de, aproximadamente, 400 processos/ano,
206 falando somente de um Vara. Disse que em Parintins, hoje, tem três Varas Cível
207 que podem compor e recepcionar ações contra o município, 1ª, 2ª e 3ª Vara e,
208 em algumas situações, a Procuradoria pode se posicionar sobre algumas
209 matérias, mas, não especificamente contra o município no Juizado, até porque
210 ele não tem competência para isso. Disse que são demandados na Justiça
211 Federal, na Justiça do Trabalho ainda permanecem algumas demandas contra o
212 município, até mesmo aquela em que o município comparece como litisconsorte
213 de algumas empresas prestadoras de serviços de alguma obra. Relatou que nessa
214 média, que o município tem, o acúmulo de processos judiciais é muito grande.
215 Disse ainda que tem um quadro de assessores jurídico hoje, que, com muita luta
216 estão tentando regularizar todos os processos. Lembrou de um problema que



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

tiveram no início desta gestão, com a Dra. Anaclely da gestão passada, em 2017, acerca de uma mudança que houve no Sistema do Projudi, que as intimações que eram encaminhadas para a Procuradoria, não eram recepcionadas no perfil da Procuradora, gerando uma série de ações em que o município não pôde se posicionar adequadamente. Falou que por isso, a Procuradoria entrou em contato com os juízes da Comarca de Parintins, tentando firmar o entendimento para que esses prazos, essas aplicações jurídicas pudessem não se concretizar de uma forma como estava acontecendo. Salientou que foi indicado o que estava acontecendo em relação ao sistema, foi oficiado o Presidente do Tribunal para dar ciência desse procedimento e com a graça de Deus e com esse esforço que foi feito pelo corpo administrativo e jurídico da Procuradoria Geral do Município, se conseguiram reverter essa situação. Continuando relatou que hoje ainda se sofre em virtude desses problemas, com o perfil, com o cadastro perante o Projudi em alguns processos que são bloqueados por ordem judicial dos juízes desta Comarca, assim como, dos juízes federais. Disse que estão buscando esse entendimento e essa atuação mais efetiva no sentido de dar fim a esse procedimento que gera muito problema. Dando continuidade narrou que administrativamente sobre os pedidos administrativos que o vereador fez, assumiu o compromisso em dar seguimento aos mesmos, principalmente dos servidores efetivos que foram mencionados. O Vereador FRANCISCO WATÉLITON disse que faria mais uma pergunta ao sabatinado em relação às Fake News e disse que o Município de Parintins, até mesmo a Câmara Municipal, tem sofrido ataques de Fake News de matérias postadas em Blogs, jornais, e que se precisa atuar fortemente no combate a isso, pois, uma mentira contada dez vezes acaba virando verdade. Comentou que os homens públicos têm essa pecha de sempre ser atacados e nunca se defender e quando procura defesa o processo é demorado e a burocracia é muito grande, fazer ata notarial, fazer registro em cartório, entrar com processos, pagar os custos judiciais, contatar advogados, enfim, uma burocracia muito grande. Relatou que o Município de Parintins, através da procuradoria, tem uma competência de agilizar esse processo. Com isso, deixou ao Sr. Rondinelle a sugestão de combater essas Fake News. Lembrou que há pouco o Município de Parintins foi atacado por uma rede sofreu de televisão e, consegue-se um direito de resposta e o outro não aconteceu, o que viu foi somente uma nota da prefeitura colocando os fatos, porém, não houve esse direito de resposta dentro da própria Rede Globo. Dessa forma, disse que o município deveria atuar e processar essa



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

emissora de televisão e os Blogs que fazem esse sensacionalismo, fazendo com que as inverdades cheguem à população jogando-as de encontro com a municipalidade. Disse que deixa esse pedido ao sabatinado para que se possa estabelecer uma política de combater às Fake News e que, também, se possa dar uma maior transparência das ações do município. Finalizou dizendo que se dá por satisfeito. O Senhor Rondinelle retomando a palavra disse que em relação às Fake News relatado pelo vereador, especificamente, sobre a matéria contra o município, relatada pelo mesmo, feita por uma emissora de TV nacional, relatou que a Procuradoria Geral tem tomado ciência desse procedimento, assim como toda Parintins, porém, a mesma, com a nova gestão, ainda está no processo de que medida mais adequada precisa tomar no sentido de ter a robustez documental para fins de processamento dessas ações judiciais, caso seja necessário. Comentou que o período pandêmico trouxe uma situação de tumulto nas secretarias, pois, em algumas oportunidades alguns servidores que têm comodidades são afastados, em outras oportunidades os servidores acabem pegando o covid-19, tendo que se afastar por orientação médica e esse temor de ser contaminado por esse vírus está assolando a mente das pessoas, ou seja, as capacitações que antes da pandemia eram feitos em um procedimento muito mais rápido, documental, por meios de memorandos, ofício, uma declaração ou um procedimento administrativo de sindicância, processo disciplinar, estão sendo um pouco prejudicados. Por causa, justamente, desse afastamento de servidores pela demanda do covid-19, o que exige muita atenção dos servidores para aquele fim específico. Contou que todos os órgãos que têm e competência de fiscalização estão exercendo o seu labor em relação ao município. disse que a Procuradoria e o município têm recomendações diversas do Ministério Público, da Defensoria, do Ministério, do Ministério Público Federal acerca da vacinação dos indígenas. Ressaltou que quando ratifica que a demanda está muito grande em razão da pandemia, de fato ela está, pois têm recebido recomendações com manifestação com prazo de 48 horas do Tribunal de Contas, até mesmo de vereadores, como foi o caso da vereadora Brena Dianná, que receberam e foi lhe enviado no prazo estipulado pela Lei Orgânica, em virtude da demanda e da matéria não ser especificamente direcionada para a Procuradoria. Comentou que isso é apenas uma demonstração que a demanda está crescendo e vem muito incisiva por parte dos órgãos de controle, principalmente pelo Ministério Público Federal principalmente no direito da vacinação dos indígenas. Ratificou que vai fechar o entendimento com todas as secretarias, todos os assessores



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

jurídicos que estão hoje no quadro de funcionários do município em cada secretária. Afirmou que após esta sabatina no dia de hoje, vai convocá-los para uma reunião, em um dia apropriado, para fins de ratificarem esse entendimento e também que levem essa conversa profissional para os seus superiores hierárquicos para fins de que a capitação dessas ações possa ser de forma mais rápida e organizada, para fins de que venham abrir uma discussão sobre a necessidade ou não de interposição de processos. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao vereador **FERNANDO NOGUEIRA MENEZES** que cumprimentou os presentes e disse que sua participação é para parabenizar o Dr. Rondinelle por seu histórico acadêmico e que o Poder Público Municipal fez uma excelente escolha e o desejo do seu coração é que o mesmo desempenhe um ótimo papel de Procurador Geral deste município e que Deus lhe dê sabedoria para que venha trazer a esta população resultados esperados em prol deste município. O Dr. Rondinelle agradeceu pelas palavras e ratificou suas palavras no sentido de colaborar de uma forma efetiva, administrativa e judicial com este Poder Legislativo. Disse que no conceito constitucional há harmonia entre os poderes, neste sentido, falou que ao analisar a Lei Orgânica deste município e também o Regimento Interno da Câmara Municipal, viu a possibilidade de algumas alterações com fito de se harmonizar ainda mais essa prática entre os poderes. Comentou que em conversa com a representante jurídica da Câmara, se tem alinhados alguns pensamentos a respeito de algumas práticas que venham ser sedimentados aqui neste Poder Legislativo e se colocou à disposição a qualquer momento que se possa ser firmado ou organizado uma Comissão para esses fins de estruturação, de normatização ou de atualização do Regimento Interno, até mesmo da Lei Orgânica do Município, para fins de que juntos conjugar esforços nesse sentido, buscando sempre o atingimento do interesse público em todas as esferas. Salientou que a Procuradoria está sempre de portas abertas a todos os vereadores e que pode recepciona-los a qualquer momento que necessitarem de alguma informação ou orientação, até mesmo com conversa profissional e pessoal em alguns momentos. O Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador **PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**, que cumprimentou os presentes e disse que iria apenas engrandeceu e ratificou a pergunta e o pedido do Vereador Francisco Waltéliton e em seguida falou não ter certeza se o Dr. Rondinelle esteve em uma reunião em 2019 com os funcionários públicos efetivos, da qual participou, em que os mesmos cobraram muito os vereadores, principalmente em termos de seus reajustes de salariais,



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

325 por isso, pediu, somando com o pedido do vereador Francisco Waltéliton, que o
326 sabatinado dê continuidade a revisão salarial dos funcionários efetivos
327 municipais. Finalizou parabenizando-o por sua simplicidade, humildade,
328 grandeza e que com muito esforço, dedicação e competência em seu trabalho
329 chegou hoje à frente desta Procuradoria Geral, sem ter que passar por cima de
330 ninguém. O Dr. Rondinelle pelas palavras do vereador e ressaltou que a
331 participação da Procuradoria Geral no auxílio e na elaboração do Regimento
332 Interno desta Casa praticamente é um compromisso seu e que se pudesse
333 executar as atividades que vossas excelências promovem poderia dizer que seria
334 um compromisso seu em fazer, mas, a realidade é que depende muito do
335 entendimento da Presidência da Câmara e da Mesa Diretora a cerca dessa
336 conjugação de esforços, até mesmo porque, por serem poderes diferentes e
337 harmônicos entre si, precisa-se de um instrumento legal que possa dar
338 andamento e efetivar essa harmonia e, assim, a execução dos trabalhos. Frisou
339 que como Procurador sair da Procuradoria do Poder Executivo e vir aqui,
340 adentrar na Casa Legislativa para fins de executar esses trabalhos dessa forma,
341 precisa-se, porém, se criar um instrumento entre os dois poderes para fins de que
342 possam trabalharem juntos em vários sentidos. Em relação aos funcionários
343 efetivos municipais, disse que, realmente, esteve em uma reunião como efetivo
344 em que o Vereador Paulo Linhares estava presente, que aconteceu no GM-3,
345 para saber da propositura que aquela presidência, até então estava tentando se
346 colocar à frente da representatividade dos servidores, estava propondo. Disse
347 que tomou conhecimento, pôde participar no início da comissão que fizeram
348 tratativas iniciais e que apoia essa prática de que os efetivos venham buscar os
349 seus direitos, até porque, a revisão dos provimentos dos salários dos efetivos, de
350 seus vencimentos, tem a previsão legal na Constituição anualmente. Sobre o
351 desenvolvimento da carreira, relatou que é um caso a ser estudado, porque, em
352 diversas oportunidades que teve contato com a diretoria do Sindicato explicou
353 aos mesmos que alguns procedimentos, que hoje constam no Estatuto do
354 Servidor, não podem ser aplicados e não podiam ser aplicados na época que
355 requereram e neste caso, a construção do quadro de carreira é uma das metas
356 que deve ser colocado para fins de debate futuros. Porque hoje, disse ele, com o
357 orçamento que o município tem e a estrutura administrativa que tem é
358 impossível, é inaplicável aplicar aqueles termos legais que existem hoje no
359 Estatuto, em relação à promoção. Disse que não existe um procedimento
360 regulado na estrutura administrativa do município e também no seu orçamento



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

361 que assegure essa questão da promoção de cargo em que o funcionário deu
362 entrada no concurso para outro cargo superior. Ratificou que o conceito de
363 promoção no serviço público é isso, infelizmente ele não é aplicável e o que
364 hoje é aplicável é somente a progressão de nível, o mesmo cargo específico que
365 o funcionário passou no concurso, progride em nível diferenciado e salários
366 diferenciados, o que é possível executar na estrutura que o município tem hoje.
367 Então, reafirmou, para fins de que possa ser levado ao debate os efetivos seria
368 interessante que esta Casa participasse dessa discussão. O Senhor Presidente
369 concedeu a palavra ao vereador **ALEX GARCIA CARDOSO** que
370 cumprimentou os presentes e deu as boas Vindas e parabenizações ao Dr.
371 Rondinelle neste momento da sabatina, dizendo que não tem dúvidas de que o
372 mesmo merece essa oportunidade que fez com que acontecesse, lhe desejando
373 sorte e que pode contar com esta Casa para parceria em prol deste município. O
374 Dr. Rondinelle e disse lembrar da campanha do vereador em que levantou a
375 bandeira dos deficientes, e que tem em sua vida duas pessoas assim, autistas e
376 um deles é não verbal, motivo pelo que foi motivado a participar e orientar uma
377 propositura do ex-vereador Maildson Fonseca, a Lei nº 712/2018, que
378 regulamentou a questão do acompanhante especializado, previsto na Lei
379 Federal, em prol das pessoas com deficiência, especificamente em relação aos
380 Autistas. Completou dizendo que hoje o autista tem reservados os direitos de,
381 em sua vida escolar da Rede Pública Municipal, ter um professor especializado
382 para adequar as suas atividades que são do currículo escolar, ou seja, na sala de
383 aula tem o professor titular para executar as matérias escolares e o professor
384 especializado direcionado aos autistas vem a adequar as atividades para fins de
385 que possa trazer de uma forma mais efetiva o aprendizado daquele aluno com
386 deficiência, no caso, os autistas. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao
387 vereador **JOSÉ TUPINAMBÁ RIBEIRO PONTE** que cumprimentou os
388 presentes e disse conhecer o Dr. Rondinelle a quase 25 anos e conhece um
389 pouco do seu trabalho e sempre vê a sua dedicação, empenho e vontade de
390 trabalhar sempre que está à frente de uma responsabilidade. Falou que pelo seu
391 currículo vê o quão grande é sua experiência de trabalho e tem certeza que irá
392 ajudar muito o município de Parintins. Relatou que é muito ligado às mídias
393 sociais e o que está acontecendo nesta cidade e hoje um dos assuntos mais
394 falados e cobrados é o abono salarial dos profissionais de enfermagem dá saúde,
395 com isso, disse que gostaria de saber o posicionamento do sabatinado e se é
396 possível isso ser feito ou não, uns tem um valor diferentes de outros. O Dr.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

397 Rondinelle retomou a palavra e relatou que como servidores públicos que são os
398 profissionais que trabalham na saúde, vinculados logicamente ao município, a
399 exemplos dos procedimentos de denúncias, eles são vinculados funcionalmente
400 com direitos e obrigações ao Estatutos dos servidores, que é a legislação de
401 cabeceira de todo servidor, que precisa saber dos tramites que tem lá e das
402 previsões normativas que existem. Falou que nesse estatuto prevê a
403 aplicabilidade desses institutos jurídicos e legais de concessão de melhoramento
404 salarial, que pode ser insalubridade e periculosidade. Comentou que em alguns
405 momentos e para determinadas funções definidas em Lei é possível a concessão
406 desse tipo de adicional. Então, disse, que não são todas as funções que existem
407 na saúde que vão ter direitos ao recebimento da insalubridade, há casos
408 específicos em que é possível, como por exemplo, o radiologista, que tem direito
409 a um período de repouso diferente na questão do trabalho, especificamente em
410 relação às férias, que diferencia entre um profissional e outro, porque a Lei
411 assegura esse afastamento para ele em virtude da exposição muito feroz do
412 mesmo pela prática de sua função. Falou que essa mesma regra é aplicado na
413 questão do adicional insalubridade e periculosidade, determinado por cada caso
414 específico determinado, mas, esse adicional é assegurado por Lei e no Estatuto
415 do Servidor Municipal prevê isso, mas tem que ver as condições e requisitos
416 para que seja aderido ao salário do servidor. Continuando ressaltou que por já
417 está normatizado a concessão desse adicional não há a necessidade de que o
418 pedido adicional passe pela procuradoria, pois, a partir do momento que existe
419 uma lei que estipule os requisitos para concessão adicional a determinada
420 categoria de servidores não precisa de um parecer jurídico e um posicionamento
421 sempre que o servidor pedir, porém, há casos em que esteja regulamentado esse
422 procedimento, esse adicional a determinada categoria de servidores e, por algum
423 motivo desconhecido, eles não vierem a receber, aí sim o servidor deve fazer
424 uma propositura ou solicitar mediante um Requerimento um parecer jurídico a
425 respeito do determinado assunto que lhe convém saber. Neste sentido sim, a
426 Procuradoria recepciona, gera um processo administrativo, onde analisado por
427 servidores administrativos, por assessores jurídicos e ao final tem o parecer do
428 Procurador Geral a partir de sua responsabilidade como gestor da secretaria. O
429 Vereador JOSÉ TUPINAMBA retomando a palavra e tornou a dizer que quer
430 entender e saber o posicionamento sobre a necessidade de unir algumas classes
431 de trabalhadores, o Prefeito Bi Garcia, há alguns anos, fundiu várias classes de
432 mototaxistas em uma só e lembrou que através da Câmara, no ano passado, isso



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

433 foi aprovado nesta Casa, também pela Dr. Anacleto, e não entende como é que o
434 prefeito uniu essas várias classes, depois aprovado pelo Setor Jurídico da
435 Câmara, uma coisa que já era Lei, e por que foi aprovado? E se tiver novamente
436 outro caso igual vai ser aprovado ou não? O Dr. Rondinelle retomando a palavra
437 agradeceu pela pergunta e disse que, como representante do Poder Executivo, o
438 Prefeito Municipal Bi Garcia, tem a obrigação de tratar de assuntos que
439 envolvam interesses públicos e quando uma Associação como as dos
440 Mototaxistas que prestam serviços públicos na área do transporte bem
441 regionalizados, todas as matérias que passam no âmbito do município, precisam
442 ter uma regulamentação, porque visa a dar segurança tanto para a administração,
443 que vai ter que direcionar ações para aquela associação ou aquela prática de
444 serviços, tanto para os munícipes no sentido de dar segurança que o serviço será
445 bem prestado ou adequado a necessidade que se impõe. Ressaltou que quando o
446 vereador falou que existia uma Lei que regulava, em determinado momento
447 social, aquelas práticas dos mototaxistas, se remeteu a uma fala que proferiu na
448 Tribuna, no sentido de que, as leis estão em constantes mudanças, porque, o
449 entendimento muda. Relatou que as ações que são executadas requerem uma
450 nova regulamentação, nova normativa, pois, a cada dia são encontrados diversos
451 caminhos diferentes sobre determinado assunto. Por isso, falou, que essa
452 necessidade social de evolução de contínua mudanças às leis precisam também
453 serem adequadas e seguir acompanhando o processo evolutivo. Discorreu que
454 no entendimento jurídico o que pode dizer é que havendo a necessidade de uma
455 nova regulamentação em virtude de uma necessidade que foi apresentada ao
456 poder público é possível, e vai ser executada na medida do possível, a
457 adequação dessa normativa. Frisou que é lógico que é assegurado o direito à
458 discussão e havendo a necessidade de uma discussão ampla, até mesmo do
459 Legislativo que sempre se coloca à disposição dessa prática, Audiência Pública é
460 feita para isso, então, juridicamente não há nenhum impedimento de mudança,
461 seja da Lei que já foi vencida ou seja da atual, a qualquer momento ela pode ser
462 mexida. O Vereador Paulo Linhares pediu questão de ordem, o que lhe foi
463 concedido, e explicou que o que foi aprovado nesta Casa em relação aos
464 mototaxistas foi um Projeto de Lei de utilidade pública de sua autoria e
465 sancionado pelo Prefeito Bi Garcia. O Vereador Mateus Assayag tomou a
466 palavra e avisou que foi informado pela secretaria da Mesa que a Lei que foi
467 aprovada foi de que concedia o Título de Utilidade Pública para a Associação e
468 não a criação de uma nova Associação. O Senhor Presidente passou a palavra a



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

469 Vereadora BRENA DIANNÁ que salientou ter visto no Currículo do Dr.
470 Rondinelle que havia participado da organização do Concurso Público de 2019 e
471 lhe perguntou em que nível ficou a estruturação do referido concurso, para quais
472 cargos específicos o concurso era, pois, foi uma pauta que já trouxe a esta
473 Plenária e que é de seu interesse. O Dr. Rondinelle retomando a palavra e
474 agradeceu a vereadora pela pergunta e ressaltou que o concurso é uma
475 preocupação do Prefeito Bi Garcia na sua realização, que desde a gestão
476 passada, de 2017-2020, que o mesmo empreendeu esforços para fins de
477 execução e alcance do Concurso Público a todos os munícipes. Mencionou que
478 de fato o que aconteceu foi quando da saída da gestão o ex-prefeito, Carlos
479 Alexandre da Carbras, firmou um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) com
480 o Tribunal de Contas. Disse que nesse TAG foi determinado a ele que cumprisse
481 determinadas situações de ordem administrativas e jurídicas para fins de adequar
482 o quadro de servidores do município, adequar as legislações municipais para
483 fins de que, finalizado esse procedimento de correção, pudesse então, proceder
484 com o Concurso Público de uma forma adequada. Explicou que isso significa
485 dizer que aquela situação, que explicou acima em relação à promoção dos
486 servidores, não tem aplicabilidade e este é um exemplo de correções que o
487 Tribunal de Contas exigiu do ex-prefeito Carlos Alexandre. Porém, retrucou,
488 quando o mesmo saiu em 2016 não cumpriu essas tratativas. Falou que por
489 questões administrativas por falta de correções de governo não se teve um
490 conhecimento imediato sobre a referida TAG assinada pelo ex-prefeito. Disse
491 que quando se tomou conhecimento compareceram por meio do Controlador
492 Geral, Sr. Harald Dinelle, junto ao Tribunal de Contas para fins de dar
493 seguimento àquela TAG, foram promovidas todas as alterações solicitadas,
494 algumas propuseram ao Tribunal de Contas um novo caminho a ser executado,
495 pois a gestão mudou e o entendimento da execução muda, porém a continuidade
496 é muito importante. Esclareceu, ainda, que, por motivos que desconhece, esse
497 procedimento junto ao Tribunal não foi dado prosseguimento de uma forma
498 adequada, houve uma estagnação que não sabe dizer por que, talvez o
499 Controlador possa explicar de uma forma mais efetiva o que realmente
500 aconteceu, porém, o mesmo está acometido de covid-19 em situação delicada,
501 mas, que em momento oportuna a vereadora pode indagá-lo a respeito do
502 Tribunal de Contas. Continuando falou, que paralelo a essa situação de destravar
503 o concurso no Tribunal de Contas, o Prefeito pediu que fosse feito a alteração do
504 Estatuto do Servidor Público de Parintins, que entendia ser cabível, alteração da



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

505 folha de pagamento, no sentido de que, cargos que poderiam ser executados, e
506 são diversos dentro da administração que foram apresentados pelas secretarias
507 oportunizados durante esses anos, algumas leis que infelizmente não
508 conseguiram terminar, como o PCCR da SEMED, que ainda não foi
509 encaminhado para esta Casa, mas, se comprometeu que vai fazer isso, ou seja,
510 são poucos requisitos que ainda faltam. Lembrou que no ano de 2020 se teve
511 uma surpresa com a edição da Lei Federal Complementar nº 173, da ordem do
512 Presidente Jair Bolsonaro, que proibiu a execução dos concursos, nesse sentido,
513 falou que o município ganhou um fôlego a mais para fins de organização.
514 Comentou que quem chefiava a Comissão da Organização desse Concurso é o
515 Controlador Geral e no momento, por estar doente, está estagnado o processo. O
516 Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador MASSILON CURSINO que se
517 lembrou do concurso do ano de 2002, do qual, o atual Prefeito Bi Garcia que era
518 Vice-prefeito na época, estava à frente da comissão desse concurso, depois
519 houve outro concurso em que Bi Garcia também estava à frente, por isso,
520 completou, ressaltou o quanto Bi Garcia está vinculado a concursos e que, o
521 mesmo, não é alguém que fecha às portas a concursos, pelo contrário, nos
522 últimos dois concursos ele estava presente naquelas atitudes. Lembrou que no
523 concurso de 2002 haviam vários cargos, em nível superior, com o mesmo
524 salário, então, o que vale é o da posse da admissão. Disse que quem prestou o
525 concurso naquela época tinha o mesmo salário, depois houve mudanças e
526 entraram todos pares em termos salariais e de repente, no andar da “carruagem”,
527 hoje tem cargos que ganha no mínimo entre quase quatro a cinco vezes mais do
528 que aqueles que na época ganhavam o mesmo valor. Ora, disse o vereador,
529 quem escolheu seu cargo com o mesmo valor do outro não poderia adivinhar
530 que futuramente o outro iria ganhar mais, por isso, é algo que precisa ser
531 corrigido, e deve haver a isonomia. O Dr. Rondinelle pediu ao vereador se o
532 mesmo poderia indicar quais seriam os cargos que foram aplicados essa
533 estagnação de salários. O Vereador Massilon respondeu que foram os cargos de
534 analistas, que são vários cargos diferentes e que talvez pode ser que alguém
535 tenha saído para ir para outro cargo, depois voltou, pode ter sido prejudicado e
536 perdeu tempo. O Dr. Rondinelle recordou os termos do Concurso Público de
537 2002 e que após começar exercer as funções na Procuradoria identificou o não
538 direcionamento de alguns cargos (na classificação de cargos que existe na CBO)
539 e um dos exemplos que foi detectado de possíveis irregularidades relativas a
540 essa vinculação de cargo no serviço público, foi a criação desse cargo de



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

Analista de Administração, Finanças e Informática, salvo engano. O Vereador Massilon ressaltou que são vários os cargos de analista que há e deixou claro que não é a favor do quanto pior melhor e que se tiver de ser nivelado os salários que seja por cima e não por baixo para que ninguém seja prejudicado. O Dr. Rondinelle falou que só estava se recordando desse cargo específico que falou, porque não tinha nenhuma vinculação para fins de progressão e replicação de promoção como foi comentado. Disse que a Legislação não alcançava essa prática por parte dos servidores que tinham a composição desses cargos, então, encontrou-se essa dificuldade dentro da administração em momento futuro, ou seja, em algum momento da administração esse cargo foi instinto e foi colocado um outro cargo mais equiparado para ele e não sabe se isso é o caso. Solicitou, porém, do vereador que encaminhe expediente indicando quais seriam os cargos que ocorreu essa prática de estagnação e outros que progrediram de uma forma mais massiva para que se possa posicionar de uma maneira mais formal para o vereador. O Senhor presidente, **MATEUS FERREIRA ASSAYAG** retomou a palavra e parabenizou o Dr. Rondinelle, desejando-lhe sucesso, discernimento e que continue com essa tranquilidade que foi repassado neste Plenário. Disse que não tem perguntas porque já o conhece a bastante tempo e as dúvidas vai tirando em conversa com o mesmo. Ressaltou que não tinha conhecimento dessa parte que foi falada pelo Vereador Massilon Cursino, da sua História acadêmica até os dias atuais e que o mesmo deve-se orgulhar dessa vitória e conquista que só engrandece a sua carreira, sua história e tem certeza do seu compromisso com a Administração Pública Municipal. Falou que já está marcando uma data oportuna, o quanto antes para fazer alteração do Regimento Interno desta Casa e também da Lei Orgânica. Frisou que é importante a Presença da Procuradoria nesse debate, pois, também, irá ser feito mudanças na LOA e é preciso que o Procurador Geral esteja presente. Em seguida o Senhor Presidente consultou o Plenário se o nome do Dr. **RONDINELLE FARIAS VIANA** está apto para exerce o cargo de Procurador Geral do Município de Parintins. **Aprovado por unanimidade.** O Senhor Presidente declarou sabatinado a contento o Senhor **RONDINELLE FARIAS VIANA** por esta Casa Legislativa. Não havendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença e a participação de todos e convidou os Senhores Vereadores para a próxima Sessão em dia e hora regimental, invocando a **PROTEÇÃO DE DEUS**, encerrou a presente Sessão.

576



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

577

578

579

580


Ver. MATEUS FERREIRA ASSAYAG

581

Presidente

582

583

584


Ver. JOSÉ TUPINAMBÁ RIBEIRO PONTE

585

1º Secretário

586

587

588


Ver. FERNANDO NOGUEIRA MENEZES

589

2º Secretário

590

591

592


Ver. ALEX GARCIA CARDOSO

593

594

595


Ver. ANTÔNIO MASSILON DE MEDEIROS CURSINO

596

597

598


Ver. BRENA DIANNÁ MODESTO BARBOSA

599

600

601


Ver. FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO

602

603

604


Ver. PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES

605